**ANEXO XVII**

**ofício para o Leiloeiro contratado informar ao Detran que o veículo (circulação) foi vendido**

([11958124](https://sei.mj.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=13809872&id_procedimento_atual=13809706&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110002363&infra_hash=cd968041f1d2b800498e18d20569460849099e6e8601ecc9b0494e7fb378b195))

OFÍCIO Nº

Brasília, XX de XXXXX de 20XX.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Presidente do Departamento de Trânsito do Estado XXXXXXXX

(Rua, nº - Bairro)

CEP     -     CIDADE/UF

Assunto: **Leilão de Bens​.**

Prezado(a) Senhor(a),

1. Ao cumprimentá-lo, informo a Vossa Senhoria que o veículo **MODELO, PLACA , ANO/MODELO, COR, CHASSI, RENAVAM** foi **declarado, por decisão judicial com trânsito em julgado, perdido em favor da União**, nos autos do processo XXXXXXXXXX (cópia anexa), cuja gestão é atribuída a esta Secretaria, conforme o Decreto nº 9662, de 1 de janeiro de 2019.

2. Assim, de acordo com a legislação que rege a matéria (Artigo 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), comunico que o veículo descrito acima foi **vendido em leilão público realizado por esta Secretaria** através do Leilão nº xx/XXXX-SENAD/FUNAD/MJ, ocorrido na cidade de XXXXX/XX, conforme documentação anexa.

3. Desta forma, em razão do veículo mencionado estar cadastrado nesse Departamento de Trânsito - Detran, **solicito**que providencie, com a urgência que o caso requer, **que seja desvinculado do respectivo prontuário eventuais débitos relativos a multas, impostos, seguro (DPVAT) e taxas de qualquer natureza, bem como, se houver, o gravame relativo à alienação fiduciária originária de arrendamento mercantil ou outros institutos jurídicos. Solicito conseqüentemente que seja efetuada a respectiva baixa de todos os débitos e gravames do sistema, de forma a elidir transtornos por ocasião dos procedimentos de transferência de propriedade,**conforme previsto noparágrafo 13, do artigo 61, da Lei 11.343/2006:

Art. 61 § 13. Na alienação de veículos, embarcações ou aeronaves, a autoridade de trânsito ou o órgão congênerecompetente para o registro, bem como as secretarias de fazenda, devem proceder à regularização dos bens noprazo de 30 (trinta) dias, ficando o arrematante isento do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores,sem prejuízo de execução fiscal em relação ao antigo proprietário.

4. Por derradeiro, em face da adesão desse Detran ao Sistema Nacional de Gravames-SNG/FENASEG, ente responsável pela baixa do gravame acima pleiteado, solicito, ainda, que encaminhe a anexa documentação ao setor específico desse Departamento, encarregado de interagir com o SNG/FENASEG, visando maior celeridade à solução da pendência, caso haja necessidade.

Atenciosamente,